

A inversão do olhar¹

Perspectivas para a análise de discurso nos estudos da comunicação

Kleber Mendonça²

Resumo: *O presente artigo parte da proposta do conceito de ruína discursiva para pensar as possibilidades de inversão do olhar analítico, tradicionalmente presente nas análises de discurso. Defende-se, aqui, que é possível pensarmos as estratégias de visibilidade midiática de atores contestadores como também produtoras dos textos (e discursos) informativos. Com isso, é possível entender os gestos de ruína das ações contestadoras como também uma ruína da transparência da linguagem jornalística. Diante desta contestação, o analista de discurso pode superar a simples denúncia de direcionamentos de sentido para pensar o fenômeno da comunicação e da produção de efeitos de verdade de modo mais complexo, levando em conta as mediações e as novas possibilidades comunicacionais.*

Palavras-Chave: *Teoria da Comunicação. Análise do Discurso. MST. Ruína Discursiva.*

1. Apresentação

Um dos principais desafios epistemológicos a serem enfrentados pelos teóricos e profissionais da comunicação nos dias de hoje é redimensionar o estatuto científico dessa disciplina a partir das transformações provocadas pelas novas possibilidades de troca e de interações comunicacionais. É fato que as novas tecnologias (e os novos produtos delas decorrentes) permitem embaralhar alguns lugares antes definidos como fixos na nossa área de pesquisa e em nossas rotinas profissionais e de ensino.

Categorias tidas como definidoras dos papéis primordiais do fenômeno da comunicação - calcadas em oposições binárias bastante claras como emissor/receptor e produtor/consumidor, por exemplo – apresentam-se cada vez menos auto-explicativas, o que, entre outras conseqüências, pede aos pesquisadores da área novas possibilidades de entendimento do fenômeno. Tal desafio é necessário para que evitemos, de um lado, o risco de não mais sermos capazes de definir a especificidade de nossa atuação teórica e

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Epistemologia da Comunicação”, do XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF). klebersm@hotmail.com

profissional, e de outro, a armadilha de “comemorarmos” as novas possibilidades comunicacionais como a “emancipação” total dos atores sociais, todos agora transmutados em “produtores” de conteúdos, cuja qualidade, independência e impacto nas audiências se encontrariam em pé de igualdade com os produzidos pelos “veículos tradicionais”.

Diante desse cenário, o presente artigo parte de um recorte que, embora específico, pretende colaborar, ainda que de modo indireto, no avanço deste debate. Propõe-se, aqui, uma analogia que buscará pensar um desdobramento do fenômeno atual de embaralhamento de posições, embora em escala menor: a reconfiguração do “olhar crítico” das análises de discurso nos estudos da comunicação. Dito de outra forma defende-se, aqui, que, a reflexão proposta a partir do caso específico das análises de discurso pode contribuir, de uma forma genérica, para avançarmos no impasse maior da pesquisa em comunicação como um todo.

O mesmo fenômeno tecnológico e social que leva ao embaralhamento das definições e das fronteiras da comunicação impacta, também, as análises de discurso³, no que defino como uma espécie de perda de potência crítica. Explicando melhor, na medida em que os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação tradicionais “transbordam” para outros espaços, também comunicacionais (e, portanto, informativos), as tradicionais denúncias dos efeitos de sentido produzidos pelos “emissores” perdem força diante da constatação de que, de fato, os conteúdos serão explicitamente negociados em outros veículos por outros atores, não mais apenas “receptores”.

De modo semelhante à Comunicação - como ciência e ocupação profissional - não defendo aqui a “superação” das análises de discurso como modo de pensar e refletir sobre o fenômeno comunicacional. Pelo contrário, o que se pretende é enfrentar a necessidade de reconfigurações teórico-metodológicas que possam contribuir para um melhor entendimento dos novos arranjos das relações de poder em seus múltiplos confrontos por nomear verdades e acontecimentos. Em outras palavras, cabe perguntar de que forma podemos efetuar, nos dias de hoje, análises de discurso que levem em conta o caráter sempre interacional do processo de “efeito de sentidos entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1997) no momento em que os objetos a serem analisados não se limitam mais explicitamente aos conteúdos veiculados, na medida em que abarcam, também, os contextos de debate (não mais apenas de recepção)

³ Ao usar o termo análise de discurso, não me refiro, neste ponto da reflexão, a uma corrente específica, mas, a todas as metodologias que focam seu olhar analítico nos efeitos de produção de sentido, uma vez que o impasse a ser tratado neste artigo parece comum não só às análises de discurso (francesa e inglesa), mas também à semiótica.

em que as mediações (como definidas por MARTIN-BARBERO, 1997) ficarão cada vez mais explícitas.

A questão norteadora deste artigo, portanto, é a proposta de uma analogia entre uma crise epistemológica *macro* (os limites e fronteiras da Comunicação como ciência) e um impasse analítico *micro*: o enfraquecimento da potência crítica das análises de efeitos de sentido dos produtos midiáticos tradicionais. Na medida em que as transformações apontadas como causas da crise *macro* são as mesmas que evidenciam a crise *micro*, talvez algumas soluções propostas aqui de modo específico possam colaborar, mais adiante, para pensarmos estratégias de caminhadas de modo mais amplo.

2. A inversão do olhar analítico

Ao desenvolver uma tese de doutoramento que analisava a relação entre as estratégias de visibilidade midiática, utilizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e as coberturas jornalísticas efetuadas por veículos impressos (MENDONÇA, 2007), deparei-me com uma armadilha metodológica: a tentação de analisar “criticamente” as reportagens, apontando os elementos discursivos que “criminalizavam” o MST. Esse tipo de olhar analítico, muito presente nas tradicionais análises ligadas ao movimento - e, de certa forma, bastante presentes nas análises ditas de discurso -, traziam um problema estrutural: acabavam por vilanizar, de um lado, os meios de comunicação e transformar, de outro, o MST em uma espécie de vítima passiva das coberturas jornalísticas.

A análise da metodologia política utilizada pelo movimento, no entanto, inviabilizava este tipo de conclusão, uma vez que se trata de uma organização cujas ações de visibilidade são amplamente debatidas por seus integrantes e fazem parte de uma estratégia voluntária de tomada de posição e se constituem em exemplo do grau de consciência do MST acerca da forma como o embate político contemporâneo passa por uma espécie de existência discursiva, obtida pela ocupação do espaço informativo produzido pelos meios de comunicação. Dessa maneira, efetuar uma análise que vitimizaria o MST seria não levar em conta sua capacidade ativa de inserção na arena política contemporânea.

A esse respeito, inclusive, concordamos com a percepção de Berger (1998) acerca da relação entre o campo jornalístico e o MST como ao mesmo tempo conflitante, ambígua e simbiótica. A autora percebe em que medida muitas das ações do movimento em busca de visibilidade atendem a uma demanda jornalística, pautada por uma série de rotinas produtivas

e por critérios de julgamentos que permitiriam ao jornalista decidir quais fatores tornariam um acontecimento noticiável. Em sua análise, portanto, convivem de um lado as características específicas do campo jornalístico e as decisões conscientes (e politicamente ativas) dos integrantes do movimento.

Ao buscarmos um tratamento analítico que percebesse o MST como sujeito ativo – no campo político e no discurso – foi necessário inverter o olhar sobre essa ambígua relação conflituosa estabelecida entre um movimento social e a imprensa. Com isso, ficou evidente a necessidade de, ao invés de apontar direcionamentos de sentido ocultos à primeira vista, perceber de que maneira tais direcionamentos seriam provocados, na carne do texto, pela ação política da “fonte”: no caso, o MST.

Diante desta opção metodológica – que aqui defendemos como instrumento capaz de permitir às análises de discurso a complexificação dos processos contemporâneos de produção de sentido – os textos, a diagramação, as fotos, as condições de produção e demais elementos que compõem o discurso de um determinado veículo de comunicação devem ser percebidas como (desde sempre) um produto do confronto entre a instância midiática e os atores sociais retratados nas reportagens.

Cabe, portanto, ao analista, não apenas evidenciar padrões discursivos da cobertura desenvolvida pelos veículos, mas também ponderar em que medida seria possível, para um movimento social, tornar-se sujeito ativo de suas ações políticas e da cobertura jornalística dessas. Para isso, é preciso considerar que o gesto político de busca por visibilidade midiática (como as ocupações de terra promovidas pelo MST) mostra-se capaz de deixar marcas discursivas, na materialidade do texto jornalístico, que possibilitam a evidência de tomadas de posição (interpretativas), por parte da imprensa, diante dos acontecimentos.

Tal articulação permite, como efeito visível, a produção de vestígios, de fragmentos do trabalho de direcionamento de sentidos. Assim, as análises discursivas defendidas aqui teriam a capacidade de evidenciar, também, as estratégias políticas do atores sociais que (como o MST no caso estudado) seriam capazes de obrigar a instância jornalística à materialização dos gestos de produção do ‘efeito de verdade’ da notícia.

Dito de outra forma, o objetivo final da análise de discurso aqui proposta não é concluir mostrando os direcionamentos de sentido mascarados como verdade objetiva, uma vez que não basta deixar clara a tomada de partido que evidencia a ‘falsidade’ da retórica da objetividade. Esse tipo de análise deveria mostrar como tal tomada de posição é fruto de uma

resposta midiática a uma ação ativa, consciente ou não, de atores sociais específicos, com objetivos claramente definidos.

Com isso, em vez de meramente vilanizar a imprensa, denunciando uma cobertura ‘injusta’ a respeito de um tema específico, será possível complexificar alguns aspectos desse confronto discursivo. Na análise discursiva elaborada anteriormente, foi possível concluir por uma dupla capacidade política ativa do MST: a de produzir acontecimentos que se converterão em cobertura midiática, bem como a de desencadear processos de ruptura de sentidos que forçarão os veículos de comunicação (e alguns outros setores da sociedade) a se mobilizar para reassentar esses sentidos até então tomados como naturais.

A ação sem-terra é capaz de provocar a ruptura dos valores e sentidos naturalizados pela imprensa hegemônica, ao permitir a passagem desses para outros, não mais “evidentes”, já que violentamente confrontados. O que ficará notório é o gesto de “tornar naturais” os enunciados. Ao evidenciar esse processo, poderemos perceber a historicidade desses como os produtos discursivos que são.

O gesto político da imprensa de devolver os sentidos para seu estado anterior (de naturalidade evidente) não é invisível: as marcas desse ‘trabalho’(no sentido marxista do termo) permanecerão nos arquivos da cobertura. Assim, o foco principal das pesquisas aqui defendidas não reside na análise interpretativa dos gestos de deslocamento de sentidos, mas em explicitar o mérito político de um ator social ao ser capaz de provocar, na imprensa, reagrupamentos dos sentidos. Estratégia que garante mais do que a mera visibilidade do movimento, mas a evidência de sua tática política de buscar inscrição a partir da ruptura temporária, mesmo que essa leve-o à (des) legitimação política.

Tal constatação demandou a necessidade de formularmos um conceito que pudesse dar conta dessa competência discursiva, desempenhada por atores políticos capazes de provocar, com a própria ruína de sua estratégia de visibilidade, a ruína da ilusão de transparência do discurso jornalístico, usualmente bem urdido e eficiente em sua aparência de verdade. Assim, elegemos como instante prioritário da análise discursiva, não mais a busca pelas evidências de fraqueza retórica da objetividade jornalística, mas os instrumentos capazes de fazer com que esse mito caia por terra no momento mesmo em que o trabalho de dissimulação de seu engendramento é levado a cabo. A essa ambígua possibilidade política de se construir discursivamente a partir da própria destruição textual, propomos o conceito de *ruína discursiva*.

3. Ruína Discursiva: bases para um conceito político

Com o objetivo de afastar a possibilidade de interpretação do gesto político descrito acima como um mero suicídio será necessário estabelecer uma breve genealogia dos usos da ruína como categoria de pensamento. Assim, entenderemos tais ações políticas (e o conceito aqui proposto) como uma potência cujo niilismo evidente estará longe de ser uma ‘entrega’ negativa e voluntária ao destino trágico, mas uma resposta criativa de re-invenção discursiva de si.

A presença da ruína como categoria estética nas produções artísticas é tão antiga quanto seu uso como metáfora no pensamento ocidental. Entre o dionisíaco e o apolíneo das tragédias gregas e as rupturas alegóricas do drama Barroco, do resgate pitoresco da arquitetura gótica ao amor impossível do romantismo, da música “monumental” de Wagner, inspirada pelo pessimismo de Schopenhauer, ao decadentismo dândi de Oscar Wilde, do neogótico, com sua nostalgia de castelos, ao romance popular grotesco, a figura da ruína assumiu, ao longo da história das artes e do pensamento ocidental, diversas funções. Seja metaforizando o destino trágico e inevitável de toda existência, representando a vingança triunfante da natureza diante da arrogância (e inutilidade) do conhecimento humano, ou estabelecendo as fundações para um novo e radiante começo diante da constatação concreta de seu estertor, a ruína - este múltiplo amontoado caótico de fragmentos de significados - é sempre uma imagem sedutora.

Em que pese a importância e a recorrência do simbolismo da ruína na produção ocidental, não são tantos os teóricos que fizeram dela seu objeto principal de pesquisa. Não por acaso, uma das mais brilhantes exceções a esta regra é o pensamento do alemão Georg Simmel. Ainda no final do séc XIX, dominado pelo pessimismo decadentista de seu tempo, esse sociólogo, cuja importância acadêmica foi em geral ofuscada pelas contribuições de Weber e Durkheim, elaborou um interessante ensaio sobre as possibilidades interpretativas da ruína.

O objetivo metafísico de Simmel, na verdade, era o de traçar um paralelo entre a ruína e a condição humana. Deixando de lado sua defesa romântica da queda e sua busca pela essência do espírito, propomos a apropriação de alguns vislumbres que podem ajudar a dar conta das potências existentes no *acontecimento-ruína*.

O autor situa o movimento artístico como uma constante luta entre o espírito e a natureza; entre a alma que aspira à elevação e a gravidade que a atrai ao chão. Para ele, entre todas as artes, será apenas na arquitetura que tal embate encontrará a paz, já que cabe à arquitetura a função de moldar elementos da natureza, preservando algo de sua “essência” e apaziguando, na construção, a busca pela ascensão e o desejo da queda.

Esta paz entre as necessidades da matéria e a liberdade do espírito, no entanto, é temporária. No momento em que o edifício começa a ruir, as forças da natureza invertem o domínio da ação humana. Para Simmel (1998, p.137-8), “este deslocamento torna-se uma tragicidade cósmica que (...) leva qualquer ruína para a sombra da melancolia, pois o desabamento aparece agora como a vingança da natureza pela violação que o espírito lhe impingiu”.

Da mesma forma que a arquitetura promoveria um equilíbrio único entre espírito e natureza, se comparada a outras artes, com a destruição do edifício temos escombros também bastante distintos: “a ruína torna-se, não obstante, um fenômeno mais significativo e pleno de sentido que os fragmentos de outras obras de arte destruídas” (SIMMEL, 1998, p. 138). Assim, enquanto nos fragmentos de outras obras de arte só há sentido nos vestígios artísticos, Simmel vê na ruína a irrupção de uma nova totalidade:

a ruína da obra arquitetônica significa que naquelas partes destruídas e desaparecidas da obra de arte outras forças e formas – aquelas da natureza – cresceram e construíram uma nova totalidade, uma unidade de característica, a partir do que de arte ainda vive nela e do que de natureza já vive nela (SIMMEL, 1998, p. 138).

É, justamente, a intuição dessa nova totalidade presente na ruína que pode contribuir para o entendimento da estratégia discursiva posta em funcionamento a partir do encontro entre as ações de visibilidade do MST e sua cobertura jornalística. Se construirmos uma analogia entre a oposição ‘obra humana/efeito da natureza’, de Simmel, e a relação ‘MST/jornalismo’, poderemos perceber que, diante da estratégia política de ocupação do campo e das páginas dos jornais, promovida pelo ‘espírito’ sem-terra, o ‘trabalho da natureza’ de interpretação feito pelos jornais formará, também, uma nova totalidade, para além da paz anterior, sustentada pelo imposto consenso de sentidos.

Graças à capacidade de preservação da potência dos dois aspectos em conflito, materializada na ruína, é que podemos perceber a unidade presente em nossos escombros discursivos. Se as estratégias contestadoras serão des-legitimadas pela imprensa, essas não

serão completamente apagadas, pois não se pode destruir algo sem deixar marcado, no texto como nos escombros, as pistas de sua ação. De volta a Simmel, estamos diante da sedução específica da ruína: a possibilidade da obra humana ser percebida como produto da natureza.

O que erigiu o edifício foi a vontade humana, o que lhe confere sua aparência atual é o poder da natureza, mecânico, rebaixador, corrosivo, demolidor. Mas ela, entretanto, não permite que a obra afunde na informidade da mera matéria – desde que se trate ainda de uma ruína e não de um monte de pedras (SIMMEL, 1998, p. 140).

Nesse amálgama se funda a analogia com nosso objeto específico: o que na ruína seduz Simmel é a co-existência latente da oposição entre duas forças, formando, ainda assim, uma totalidade. Do mesmo modo que os vestígios do que outrora fora o edifício permanecem intrinsecamente trançados com os efeitos destrutivos da natureza, os traços dos novos sentidos propostos pela ação contestadora em sua *ocupação midiática* tatuam o gesto de restauração e controle dos sentidos anteriores promovido pela imprensa.

O sociólogo alemão defende que, na ruína, a natureza faz da obra de arte a matéria para sua formação, tal qual anteriormente a arte havia se servido da matéria como sua substância. Na *ruína discursiva*, por sua vez, a estratégia dos atores sociais é alvo e combustível da ação interpretativa jornalística que unifica os sentidos que deseja ver compartilhados como hegemônicos sem, no entanto, apagar completamente as outras possibilidades interpretativas postas em jogo pela ação discursiva contestadora.

Assim, a análise de discurso que propomos deve levar em conta a nova totalidade representada pelas reportagens que compõem seu *corpus* como uma dupla evidência de rastros: de um lado, o ponto de vista não-autorizado dos agentes contestadores e, de outro, os direcionamentos de sentido dos veículos que irão re-significar tal visão-outra de acordo com a palavra de ordem hegemônica. Como na leitura da ruína por Simmel, o retorno ao ‘estado natural’ dos sentidos hegemônicos das coberturas jornalísticas não será ausente de cicatrizes: o marco memorável da ruína (da contestação e do trabalho da imprensa) pode ser interpretado como o lampejo de uma linha de fuga, construtora, portanto, de outras formas de luta em ou outros cenários.

Caetano Veloso, ao defender que algo no Brasil estaria “fora da nova ordem mundial”, remete à cena de uma criança encontrada morta “na ruína de uma escola em construção” para provar como “aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína”. De

fato, se compararmos as fotografias do Rio de Janeiro na época do bota-abaiixo⁴, por exemplo, com as da construção de Brasília, será difícil separarmos, sem o direcionamento de sentidos das legendas informativas, o que é a irrupção do novo e o que não passa de vestígio de memória do que passou. Há mais do que uma semelhança assustadora entre uma ruína e uma construção: ambas trazem, de modo evidente (e concreto) a sedução de uma potência ambígua, tão oposta quanto complementar - a certeza da queda aliada à constatação de que a mesma pode ser uma conquista.

Se pudermos ampliar a analogia conceitual aqui proposta incluindo outro 'uso estético' da ruína, poderíamos passar do plano arquitetônico (e concreto) para o plano (simbólico) da literatura. Com isso acrescenta-se, ao conceito de *ruína discursiva*, um aspecto que dê conta da mesma passagem promovida pelos atores sociais contestadores com suas ações políticas de visibilidade: do campo social para o texto midiático.

Enquanto no séc. XVIII o interesse pela ruína se devia, em boa parte, pelo resgate iluminista do vigor monumental da época clássica, a reformulação de sua simbologia ao longo da primeira metade do séc XIX deve-se à decepção romântica com a modernidade e à correspondente nostalgia pela idade média. Já no quarto final daquele século, o saudosismo dá lugar cada vez mais ao niilismo decadentista. Ao propor a diferenciação fundamental entre a literatura romântica e a decadentista, Mucci recorre ao conceito de alegoria e ao uso da categoria ruína, propostos por Walter Benjamin:

a mimeses romântica releva do símbolo uma idéia antiga que assumiu características especiais no romantismo, ao passo que o decadentismo rompe com a representação simbólica, inaugurando a estética da alegoria: o belo em ruínas ou a ruína do belo, prefaciando o cenário de cinzas da modernidade e da pós-modernidade (MUCCI, 1994, p. 61).

Interessado em descrever a importância do movimento decadentista no final do século XIX, Mucci pode nos oferecer um resumo da oposição entre a valorização do símbolo, na literatura romântica, e o resgate (re-significado) da alegoria barroca promovido pelos decadentistas. Enquanto o símbolo poderia ser definido como uma 'imagem com sentido', a alegoria possuiria a capacidade de 'falar uma coisa para dizer outra'. Mucci lembra que coube a Goethe o gesto romântico de interpretar o símbolo como superior à alegoria e

⁴ Início do séc XX, período no qual o então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, promoveu uma ampla reforma urbana visando a modernizar a cidade, inspirada na Paris de Haussman.

defende que reside justamente na crítica a essa virada interpretativa um dos grandes méritos da leitura de Benjamin a respeito do drama barroco alemão:

ao conceito da obra como promessa de felicidade, o pensador alemão opõe a noção de perda, de ruína. Criticando o ideológico na estética do símbolo, que concebia a arte como uma expressão da totalidade, Benjamin reabilita a alegoria que os românticos consideravam artificial, convencional, arte capciosa (MUCCI, 1994, p. 62).

O fundamento dessa ‘estética da alegoria’, para Benjamin reside no fato de que a mesma não seria, como pensavam os românticos, uma “frívola técnica de ilustração por imagens, mas expressão como a linguagem e como a escrita” (BENJAMIN, 1984, p. 184). É diante de tal interpretação que o pensador alemão poderá atribuir à obra de arte o mencionado caráter de ruína.

A fisionomia alegórica da natureza-histórica, posta no palco pelo drama, só está verdadeiramente presente como ruína. Como ruína, a história se funde sensorialmente com o cenário. Sob esta forma, a história não constitui um processo de vida eterna, mas de inevitável declínio. Com isso, a alegoria revela-se como estando para além do belo. As alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas (BENJAMIN, 1984, p 199-200).

Ao determinar, como matéria mais nobre da criação barroca, aquilo que jaz em ruínas, o fragmento significativo, o estilhaço, Benjamin pode perceber, na obra de arte, uma concepção descontínua tanto da história, como do poder da natureza. Com isso, podemos estabelecer uma aproximação da tese de Benjamin à proposta de Deleuze (1992) acerca da necessidade do ato de revide presente em toda manifestação artística situar-se no gesto de libertação das amarras semânticas da obra pensando-a menos como ‘informação’ e mais como ‘ato de ruptura’.

Se agruparmos essa contribuição específica a outro deslocamento, dessa vez implícito, poderemos estabelecer mais uma analogia entre as teses de Benjamin e o conceito de *ruína discursiva* aqui esboçado. Ao resumir que as alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas, Benjamin promove o deslocamento da representação da ‘natureza ambígua’ da ruína como categoria ‘arquitetônica’ para a possibilidade de transposição das mesmas ambigüidades no ‘mundo das idéias’.

A percepção de Benjamin permite-nos defender que a *ruína discursiva* se estabelece, na normalidade do ‘pensamento único’ jornalista, com a força destruidora cuja potência seria da ordem de uma ‘alegoria’. Assim, a *ruína discursiva* permanece (e resiste) com a potência da alegoria que é: subvertendo conclusões, impedindo sínteses e pairando, como cicatriz, com

seu emaranhado de vestígios e rastros, permitindo leituras outras, inclusive aquelas da ordem de uma linha de fuga criativa que possibilitem o drible (e a recusa) das sentenças proferidas como verdades pela imprensa.

Jeanne Marie Gagnebin recorre ao pensamento de Assmann para perceber como a potência memorável presente na ‘cicatriz deixada pelo holocausto’ é da ordem do que a segunda define como *trauma*, que seria

a ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalçados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito. Ora, depois de duas guerras mundiais, (...) ao que parece, as feridas dos sobreviventes continuam abertas, não podem ser curadas nem por encantamentos nem por narrativas (GAGNEBIN, 2006, p. 110).

De modo análogo, podemos propor uma aproximação do pensamento de Assmann aos efeitos da ruína discursiva. Assim, as feridas provocadas pela ação contestadora na carne do texto jornalístico não apenas impedem a cicatrização representada pela re-naturalização dos sentidos, como principalmente se convertem na alegoria evidente dos gestos hegemônicos dessa tentativa de cura. Evidenciar esse encontro violento e complexificar suas múltiplas interpretações possíveis é o papel da análise de discursos aqui proposta como uma ciência dos vestígios.

4. Conclusão: por uma ciência dos vestígios

O conceito aqui proposto tenta dar conta da possibilidade de evidenciarmos, a partir de um olhar invertido de análise, não o sentido primeiro das reportagens e das ações contestadoras, mas as como a ruína como categoria de pensamento preserva a potência das forças que atuam na destruição que representa e de explicitarmos que tal destruição pode se converter em um novo começo.

Nesse sentido, uma volta à leitura de Assmann por Gagnebin permitirá aprofundarmos as características contemporâneas dos *vestígios*. A autora se refere à relação intrínseca entre a escrita e o desejo humano de memória. Assim, a palavra materializada por signos visuais seria uma potente metáfora para a lembrança, entre outras razões, por inscrever-se no “fluxo narrativo que constitui nossas histórias, nossas memórias, nossa tradição e nossa identidade”(GAGNEBIN, 2006, p. 111). Assim a escrita foi considerada ao longo da história ocidental como o mais importante e duradouro ‘*rastro*’ que o homem foi capaz de deixar.

Assmann, no entanto, lembra como a partir do séc XVIII as certezas a respeito da ‘verdade’ mantida nesse rastro foram gradativamente postas em xeque pelo racionalismo moderno. A conquista representada pela queda das crenças levou a uma re-significação da idéia da escrita: de rastro memorável a algo aleatório.

Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente – sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade. Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por esta não intencionalidade. O detetive, o arqueólogo e o psicanalista (...) devem decifrar não só o rastro na sua singularidade concreta, mas também tentar adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária. Rigorosamente falando, rastros não são criados – como são outros signos culturais e lingüísticos –, mas sim deixados ou esquecidos (GAGNEBIN, 2006, p. 113).

Tal definição ampla da natureza contemporânea das possibilidades da escrita como rastro memorável se aplica como uma luva ao conceito de *ruína discursiva*. Em primeiro lugar, sua ‘presença-ausente’ se assemelha tanto ao caráter transitório da ruptura de sentidos provocada pela ação contestadora, como à natureza temporal ambígua da ruína, apontada por Simmel como o entre-espaço no qual o ‘ainda-não’ e o ‘não-mais’ conviveriam em paz.

Trata-se da mesma ‘presença na ausência’, portanto, mencionada por Huysen (2006) ao evidenciar o paradoxo de que, no corpo mesmo da ‘utopia de revés’ da ruína, o passado se encontra tão presente em seus resíduos (rastros?) quanto já não mais acessível porque decadente. Essa relação entre tempo e memória é abordada por Simmel (1998, p. 143) com ainda outro aspecto: a constatação de que a ruína “é o sítio da vida, do qual a vida se separou”. Para o sociólogo, os fragmentos emaranhados na ‘nova totalidade’ da ruína preservam, num presente imediatamente visível, vestígios do passado, não como representações simbólicas, mas como elementos concretos que garantiriam às ruínas a mesma sedução que as antiguidades, já que “a ruína cria a forma presente de uma vida passada, não segundo seus conteúdos ou restos, mas segundo seu passado como tal” (SIMMEL, 1998, p.144).

De modo análogo, a *ruína discursiva* permite ainda a materialização de sentidos propostos a partir de rastros de ação nas entrelinhas do texto. Além disso, o segundo aspecto que a definição de rastro por Assmann nos permite relacionar ao nosso conceito é o fato da tentativa de visibilidade posta em funcionamento por quaisquer atores contestadores não precisar ter a intenção explícita de transformar-se em ruína ou de ‘comunicar’ o gesto de silenciamento que se segue aos seus protestos. A tática aqui analisada, portanto, atinge sua

potência máxima não por materializar no discurso jornalístico seu contra-discurso, mas por ser capaz de interromper a normalidade do fluxo informativo hegemônico cuja homogeneização de sentidos fora sempre produzida de modo invisível.

A esse respeito, vale lembrar o provérbio chinês citado por Pêcheux para ilustrar uma das propostas centrais da análise do discurso: a de que, do ponto de vista político, todo *signo* é, desde sempre, um *rastro*.

‘Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo’. Com efeito, por que não? Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações? (PÊCHEUX, 1997, p. 54).

Reside nesse pressuposto básico a proposta de centrar o foco de análise nos momentos discursivos em que o equívoco da estabilidade de sentidos se revela: quando a língua falha é que fica mais evidente a ilusão de transparência de verdade que a sustentava. Assim, a cicatriz que é a *ruína discursiva* acrescenta ao texto jornalístico mais um fragmento de sentido: o da evidência de que sua irrupção em acontecimento discursivo será sempre tão violenta quanto o próprio ato de escrever. Em sua aula inaugural no College de France, Foucault já nos alertava para

não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor. Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso (FOUCAULT, 1996, p.53).

Pêcheux, ao debater o papel da memória, nos lembra que todos os sentidos pacificados podem sempre ser submetidos a novas instabilidades. A “regularização discursiva (...), que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sobre o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória” (PÊCHEUX, 1997, p. 52). Se pudermos estender essa potência destrutiva aos ‘pilares’ formadores do jornalismo (a orquestração de vozes, de sentidos, de silêncios e o poder de ‘legitimar’ ações) ficará evidente como a *ruína discursiva* é um fenômeno capaz de se transformar numa linha de fuga.

Em resumo, poderíamos dizer que o conceito proposto tenta reunir, de diferentes maneiras, algumas das características básicas de alguns pressupostos teóricos debatidos aqui,

Além de outros ainda a serem aprofundados. Em primeiro lugar, a *ruína discursiva* cristaliza um embate desigual entre duas forças, ainda assim, não eliminadas de todo. Esse espaço de conflito, no entanto, estabelece uma ruptura com a existência anterior, constituindo-se, portanto, nas bases para um novo começo, não vinculado ao passado, capaz de fazer-se irromper em um sentido outro. Ainda assim, e contraditoriamente, a ruína discursiva traz, em si, o gesto de converter-se em elemento memorável na medida em que presentifica o passado naquilo que ele já deixou de ser. E deve ser justamente a combinação desses gestos o que permitirá ao ‘pesquisador de vestígios’ da análise de discurso aqui proposta a visualização dos rastros, involuntariamente deixados, pelo embate entre revides contestadores e sua uniformização discursiva promovida pelos veículos tradicionais.

De volta a nossa proposta inicial de pensarmos a questão micro para ampliar o entendimento do impasse macro, a análise de discurso aqui proposta propõe a análise para além dos conteúdos vinculados, relacionando-os com as outras possibilidades comunicativas contemporâneas, como as redes sociais, os microblogs, os veículos independentes, contestadores ou alternativos, e os centros de mídia independentes. Na medida em que a ruína discursiva torna evidente a impossível objetividade da mídia hegemônica, tais veículos tidos como ‘engajados’, são capazes de transformar a cobertura tradicional defeituosa em pauta inicial para suas ‘coberturas outras’. Tal é a nova complexidade que se apresenta como desafio (e ruína?) a ser superado pelo pesquisador de Comunicação e pelo analista de discurso.

Referências

- BENJAMIN, W.. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984
- BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- GAGNEBIN, J. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- HUYSEN, A. **Nostalgia for ruins**”, in Grey Room, 23, pgs. 6-21 (Spring, 2006). New York: Columbia University, 2006.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- MENDONÇA, K. **Ruínas discursivas: a ocupação midiática sem-terra como uma máquina de guerra nômade**. Tese de doutorado defendida no PPGCOM/UFF, 2007.

MUCCI, L. **Ruínas e simulacro decadentista: uma leitura de Il Piacere de D'Annunzio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. “O papel da memória”, in ORLANDI, E. (org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1997.

SIMMEL, G. “A ruína”, in SOUZA, J. e OELZE, B. (org). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Ed. Unb, 1998.